

Mobilização derrota reitoria da Unesp e reduz danos dos estatutários

Reitor tenta manobra e classifica decisão do colegiado como “indicação”

Um ato bastante expressivo em frente à reitoria da Unesp, o segundo convocado pelo Fórum das Seis para defender o pagamento do 13º salário aos servidores estatutários da Universidade, movimentou a frente da reitoria da Unesp nesta terça-feira, 22/1/2019. Mais de 400 pessoas – em sua maior parte procedentes dos campi da Unesp, mas também representações das entidades sindicais e estudantis da Unicamp, da USP e do Centro Paula Souza – protestaram durante a reunião extraordinária do Conselho Universitário, convocada justamente para discutir o problema. Ainda não receberam o 13º salário todos os servidores autárquicos docentes e técnico-administrativos, da ativa e aposentados, que somam em torno de 12.700 trabalhadores.

A reunião foi longa, com quase oito horas de duração, e com debates acalorados. O reitor Sandro Valentini e membros da reitoria tentaram defender sua proposta original, de parcelamento do 13º de 2018 em 4 vezes, a serem pagas até o final do ano.

Em meio aos debates, duas



colocações chamaram a atenção dos conselheiros quando entrou em discussão a proposta de pagamento integral do 13º. A primeira delas, feita pelo reitor, de que só faria isso se fosse obrigado por decisão judicial, dando a entender que, neste caso, teria os valores suficientes para quitá-lo de imediato. A outra colocação foi feita pelo assessor Rogério Buccelli, que alegou não poder tirar o dinheiro da Universidade que está aplicado em bancos, para não perder juros. Quando questionado se os prejuízos dos trabalha-

dores também não mereciam atenção – com juros e multas por dívidas não pagas, constrangimentos diversos, entre outros –, não respondeu.

As votações

Inicialmente, foi à votação a proposta de pagamento de 100% do 13º em parcela única, defendida pelos representantes docentes e técnico-administrativos comprometidos com as propostas da Adunesp e do Sintunesp, e principal reivindicação da manifestação em frente à reitoria. Com a derrota desta primeira proposta, seguiu-se a votação de outra, com parcelamento em duas vezes de 50%, sendo esta aprovada. Com isso, passou-se à votação dos meses de pagamento das duas parcelas. Os membros do Chapão Sintunesp/Associações e do Chapão da Adunesp cerraram fileiras no pagamento integral e, depois, na quitação das duas parcelas em fevereiro e março. No entanto, a votação vencedora foi a

Adunesp indica:

Rodada de assembleias e nova plenária em fevereiro

De acordo com os indicativos aprovados na Plenária Estadual da Adunesp, em 15/1, e à luz dos acontecimentos do CO de 22/1, a Adunesp orienta às subseções e representantes de base nos campi:

- Rodada de assembleias de base até 8/2, para avaliar os resultados da reunião do CO e definir os próximos passos da mobilização.
- Nova Plenária Estadual da Adunesp, no dia 12 de fevereiro, em SP.



que indicou os meses de fevereiro e maio. Havia, ainda, a proposta de pagamento em fevereiro e agosto, que nem chegou a ser votada.

As propostas de parcelamento maior (em quatro e em três vezes), defendidas pela reitoria, ficaram prejudicadas. Confira os resultados de cada votação:

- Pagamento de 100% do 13º salário de uma vez

21 sim, 47 não, 4 abstenções (total de 72 votantes)

- Pagamento em duas parcelas de 50% (sem definir a data)

44 sim, 30 não, 1 abstenção (total de 75 votantes)

Com a aprovação das duas parcelas, passou-se à votação das datas:

- Pagamento em duas parcelas de 50% (em fevereiro e março)

28 sim, 38 não, 7 abstenções (total de 73 votantes)



- Pagamento em duas parcelas de 50% (em fevereiro e maio)

48 sim, 20 não, 7 abstenções (total de 75 votantes)

Com a aprovação das datas (fevereiro e maio), as propostas seguintes (defendidas pela reitoria) ficaram prejudicadas e não foram votadas. São elas:

- Pagamento em 3 parcelas.
- Pagamento em 4 parcelas.

Manobra à vista

Mesmo cobrado insistentemente pelo Sintunesp e pela Adunesp,

e tendo que enfrentar um enorme descontentamento na comunidade, o reitor da Unesp insistiu em reverter a decisão sobre o pagamento para o Conselho Universitário.

Com a decisão aprovada pelos conselheiros em 22/1, contrária ao que foi encaminhado pela reitoria, a história começa a mudar de figura. Em comunicado emitido logo após a reunião (veja a íntegra no box), fica clara uma nova manobra: o texto diz que a decisão do CO é apenas uma “indicação” e que a próxima reunião do colegiado, em 14/2, irá discutir ajustes no orçamento de 2019.

A íntegra do comunicado da reitoria após a reunião

Indicação do Conselho Universitário sobre o 13º salário

O Conselho Universitário, em sessão extraordinária, aprovou nesta terça-feira (22) uma indicação de parcelamento do pagamento do 13º salário de 2018 aos servidores autárquicos.

Foi proposto que a quitação do débito ocorra em duas vezes, com a primeira parcela sendo paga até o final de fevereiro –50% do valor total– e a segunda em maio.

A proposta vencedora, que obteve 48 dos 75 votos dos conselheiros, agora vai ser avaliada pela equipe técnica da Reitoria e pela comissão de orçamento do Cade (Conselho de Administração e Desenvolvimento) para verificar se é exequível ou não.

Segundo o reitor da Unesp, Sandro Valentini, serão avaliadas as implicações orçamentárias e financeiras da proposta aprovada e é provável que no próximo Conselho Universitário, agendado para 14 de fevereiro, seja apresentada uma readequação orçamentária para 2019, com cortes no orçamento para quitar o pagamento do 13º salário de 2018 dos servidores autárquicos.

A proposta de parcelamento formulada pela comissão de orçamento da Unesp, que apresentava um parcelamento maior e não previa novos cortes de despesas, acabou sendo preterida durante a ampla discussão que ocorreu no Conselho Universitário, que durou quase oito horas.

Situação da Unesp não é raio em céu de brigadeiro

Já há muito tempo os sucessivos governos do estado de São Paulo têm imprimido políticas públicas em descompasso com o crescimento do sistema de ensino superior público paulista e sua capacidade de produzir ciência, tecnologia e pensamento crítico.

Desde de 1995, quando passaram a ser financiadas com 9,57% do ICMS-QPE, as universidades públicas paulistas, e em especial a Unesp, experimentaram várias situações que configuram um processo de asfixia orçamentária e financeira, concomitante ao estabelecimento de processos de controle sistemático e intensivo do trabalho docente desde uma perspectiva produtivista.

Arrocho salarial, supressão de carreiras, contratações aquém das reais necessidades de funcionamento e forte repressão contra os movimentos reivindicatórios – ameaça de corte de ponto, instauração de comissões de sindicância e solicitação de interditos proibitórios – têm sido práticas largamente

mente adotadas para perpetrar uma verdadeira guerra de guerrilha para desfigurar as universidades, com a cumplicidade dos seus reitores.

Com a eleição de João Dória governador do estado de São Paulo e de Jair Bolsonaro presidente da República, esse processo tende a se aprofundar, com ataques ainda mais intensos às universidades públicas.

Nesse contexto, o não pagamento do 13º salário aos estatutários da Unesp constitui mais um assalto à cidadela universitária, além dos que já foram desferidos contra ela, e dos que ainda virão.

É com essa perspectiva, da defesa da universidade pública brasileira, que o Fórum das Seis impulsiona a luta pelo 13º salário dos estatutários da Unesp. Certamente, a prática de retirada de direitos se consolidará, e mais direitos serão sequestrados, se permitirmos que seja suprimido esse direito constitucional de uma parte da comunidade das estaduais paulistas.